



Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude
Secretaria Executiva de Assistência Social
Gerência de Gestão do Trabalho e Educação Permanente
Fundação Apolônio Salles



FUNDAÇÃO APOLÔNIO SALLES
F A D U R P E



**UNIVERSIDADE
FEDERAL RURAL
DE PERNAMBUCO**

Secretaria de
Desenvolvimento
Social, Criança
e Juventude



GOVERNO DO ESTADO
PERNAMBUCO
MAIS TRABALHO, MAIS FUTURO.

MINISTÉRIO DA
CIDADANIA

**PÁTRIA AMADA
BRASIL**
GOVERNO FEDERAL



CURSO

A Importância do Planejamento na Política Pública de Assistência Social

Módulo I

Facilitador(a): MARCOS BARBOSA DO NASCIMENTO



FUNDAÇÃO APOLÔNIO SALLES
F A D U R P E



**UNIVERSIDADE
FEDERAL RURAL
DE PERNAMBUCO**

Secretaria de
Desenvolvimento
Social, Criança
e Juventude



GOVERNO DO ESTADO
PERNAMBUCO
MAIS TRABALHO, MAIS FUTURO.

MINISTÉRIO DA
CIDADANIA





UNIDADE II

Planejamento dos serviços, programas, projetos e benefícios no âmbito da Política da Assistência Social e suas variáveis de influência



CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O **processo de planejamento** pressupõe um **conjunto de ações e critérios** que subsidiam incidir de uma **maneira organizada e formalizada** sobre determinadas situações, com vistas ao **alcance de metas e objetivos**, sua utilização se torna imprescindível para **atender as mudanças e as novas exigências para a qualidade na gestão** das políticas públicas.

A importância dessa abordagem **está relacionada às demandas sociais complexas e dinâmicas** que exigem um incremento no desempenho profissional e institucional, com novas formas de agir sobre a realidade.



FUNDAÇÃO APOLÔNIO SALLES
F A D U R P E



UNIVERSIDADE
FEDERAL RURAL
DE PERNAMBUCO

Secretaria de
Desenvolvimento
Social, Criança
e Juventude



GOVERNO DO ESTADO
PERNAMBUCO
MAIS TRABALHO, MAIS FUTURO.

MINISTÉRIO DA
CIDADANIA





O PLANEJAMENTO NA ASSISTÊNCIA SOCIAL

É uma exigência para a adesão ao SUAS e para o repasse federal, conforme estabelece a NOB e o artigo 30 da LOAS, entretanto, sistematicamente, os órgão de controle tem identificado que **muitos municípios não possuem o Plano Municipal de Assistência Social, aprovado pelo CMAS;**



FUNDAÇÃO APOLÔNIO SALLES
F A D U R P E



UNIVERSIDADE
FEDERAL RURAL
DE PERNAMBUCO

Secretaria de
Desenvolvimento
Social, Criança
e Juventude



GOVERNO DO ESTADO
PERNAMBUCO
MAIS TRABALHO, MAIS FUTURO.

MINISTÉRIO DA
CIDADANIA





O PLANEJAMENTO NA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Em muitos casos o **Plano Municipal de Assistência Social** não passa de **peça de ficção**, elaborado para **cumprir uma exigência legal**.

É portanto, um **documento burocrático** que **não guarda relação com a realidade** e está completamente **descolado das peças orçamentárias e financeiras**.



FUNDAÇÃO APOLÔNIO SALLES
F A D U R P E



UNIVERSIDADE
FEDERAL RURAL
DE PERNAMBUCO

Secretaria de
Desenvolvimento
Social, Criança
e Juventude



GOVERNO DO ESTADO
PERNAMBUCO
MAIS TRABALHO, MAIS FUTURO.

MINISTÉRIO DA
CIDADANIA



PÁTRIA AMADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL



O PLANEJAMENTO NA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Inexistência da cultura de planejamento, provocando a desarticulação entre a definição, a execução, o acompanhamento e monitoramento da política de assistência social.



FUNDAÇÃO APOLÔNIO SALLES
F A D U R P E



UNIVERSIDADE
FEDERAL RURAL
DE PERNAMBUCO

Secretaria de
Desenvolvimento
Social, Criança
e Juventude



GOVERNO DO ESTADO
PERNAMBUCO
MAIS TRABALHO, MAIS FUTURO.

MINISTÉRIO DA
CIDADANIA



PÁTRIA AMADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL



NOB SUAS 2012

A nova NOB SUAS privilegia o resgate **do planejamento e o acompanhamento** como **instrumentos fundamentais de gestão** para o aprimoramento do Sistema Único de Assistência Social.



FUNDAÇÃO APOLÔNIO SALLES
F A D U R P E



UNIVERSIDADE
FEDERAL RURAL
DE PERNAMBUCO

Secretaria de
Desenvolvimento
Social, Criança
e Juventude



GOVERNO DO ESTADO
PERNAMBUCO
MAIS TRABALHO, MAIS FUTURO.

MINISTÉRIO DA
CIDADANIA

 **PÁTRIA AMADA
BRASIL**
GOVERNO FEDERAL



O PLANEJAMENTO NA ASSISTÊNCIA SOCIAL

NOB SUAS 2012

- O Plano de Assistência Social é um instrumento de planejamento estratégico que organiza, regula e norteia a execução da Política de Assistência Social na perspectiva do SUAS.
- Sua elaboração é de responsabilidade do órgão gestor da política, que o submete à aprovação do Conselho de Assistência Social, reafirmando o princípio democrático e participativo.



FUNDAÇÃO APOLÔNIO SALLES
F A D U R P E



UNIVERSIDADE
FEDERAL RURAL
DE PERNAMBUCO

Secretaria de
Desenvolvimento
Social, Criança
e Juventude



GOVERNO DO ESTADO
PERNAMBUCO
MAIS TRABALHO, MAIS FUTURO.

MINISTÉRIO DA
CIDADANIA



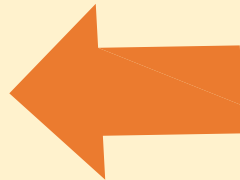


NOB (Norma Operacional Básica):

Governo é responsável por organizar e coordenar o SUAS em seu território



Plano de Assistência Social é a ferramenta para dar diretrizes, priorizar, organizar e operacionalizar a Política de Assistência Social



É instrumento de **gestão** e um mecanismo de **transparência**, além de condição para os **repasses financeiros** dos recursos



FUNDAÇÃO APOLÔNIO SALLES
F A D U R P E



UNIVERSIDADE
FEDERAL RURAL
DE PERNAMBUCO

Secretaria de
Desenvolvimento
Social, Criança
e Juventude



GOVERNO DO ESTADO
PERNAMBUCO
MAIS TRABALHO, MAIS FUTURO.

MINISTÉRIO DA
CIDADANIA





O Plano de Assistência Social - PAS deve ser elaborado pelo órgão gestor da assistência social



apreciado



discutido



aprovado

Conselho de Assistência Social



NOB - Planos de Assistência Social devem observar:

- I. Deliberações das **conferências** de assistência social para a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios;
- II. Metas nacionais e estaduais **pactuadas**, que expressam o compromisso para o aprimoramento do SUAS para a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios;
- III. Observar as prioridades do **II Plano Decenal** (2016-2026)
- IV. Ações **articuladas** e **intersectoriais**;
- V. Ações de **apoio técnico e financeiro** à gestão descentralizada do SUAS.



ATORES ENVOLVIDOS NA CONSTRUÇÃO DO PLANO

- ❑ PREFEITURA (ÓRGÃO GESTOR MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL)
- ❑ CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS
- ❑ REDE SOCIOASSISTENCIAL
- ❑ CÂMARA MUNICIPAL
- ❑ TRABALHADORES DO SUAS
- ❑ USUÁRIOS DO SUAS



Elementos que constituem o Plano de Assistência





DIAGNÓSTICO



O QUE É DIAGNÓSTICO?

Um diagnóstico é aquilo que pertence ou que se refere à diagnose. Este termo, por sua vez, refere-se à ação e ao efeito de diagnosticar (recolher e analisar dados para avaliar problemas de diversa natureza).



DIAGNÓSTICO

O DIAGNÓSTICO

SOCIOTERRITORIAL:

COLETA, ORGANIZAÇÃO E ANÁLISE
DOS DADOS E INFORMAÇÕES
NECESSÁRIAS PARA A
CONSTRUÇÃO DO PAS





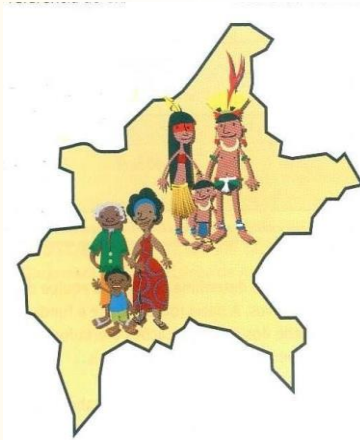
DIAGNÓSTICO SOCIOTERRITORIAL



- ❖ Realidade construída historicamente;
- ❖ POSSIBILIDADES DE (RE)CONSTRUIR A HISTÓRIA GARANTINDO ESPAÇO PARA O PROTAGONISMO.



DIAGNÓSTICO SOCIOTERRITORIAL



O diagnóstico **tem por base** o conhecimento da realidade a partir da leitura dos territórios, microterritórios ou outros recortes socioterritoriais que possibilitem **identificar as dinâmicas sociais, econômicas, políticas e culturais** que os caracterizam, **reconhecendo as suas demandas e potencialidades.**

(BRASIL, 2012, p.11)



FUNDAÇÃO APOLÔNIO SALLES
F A D U R P E



UNIVERSIDADE
FEDERAL RURAL
DE PERNAMBUCO

Secretaria de
Desenvolvimento
Social, Criança
e Juventude



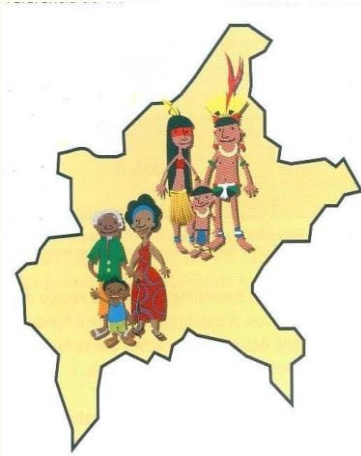
GOVERNO DO ESTADO
PERNAMBUCO
MAIS TRABALHO, MAIS FUTURO.

MINISTÉRIO DA
CIDADANIA

 **PÁTRIA AMADA
BRASIL**
GOVERNO FEDERAL



DIAGNÓSTICO SOCIOTERRITORIAL



Estudos e diagnósticos **devem caracterizar**, de um lado, **as necessidades e demandas sociais** (expressões da questão social presentes) **de um dado território**, que serão **objetos do planejamento e intervenção** e, de outro, **identificar recursos a serem mobilizados para sua execução**.



FUNDAÇÃO APOLÔNIO SALLES
F A D U R P E



UNIVERSIDADE
FEDERAL RURAL
DE PERNAMBUCO

Secretaria de
Desenvolvimento
Social, Criança
e Juventude



GOVERNO DO ESTADO
PERNAMBUCO
MAIS TRABALHO, MAIS FUTURO.

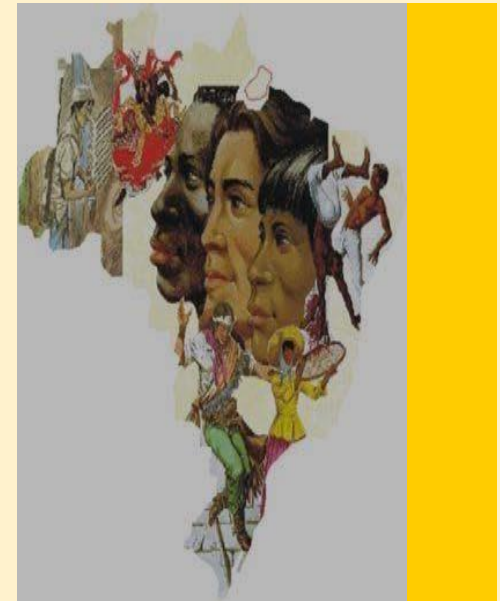
MINISTÉRIO DA
CIDADANIA





DIAGNÓSTICO SOCIOTERRITORIAL

O processo de investigação da realidade e das vulnerabilidades e riscos sociais presentes nos territórios não assume, assim, apenas o caráter quantitativo – baseado em levantamento de dados numéricos e na construção de indicadores e índices; mas exige o estabelecimento de relações, mediações, sistematizações que garantam a análise e interpretação desses dados, reveladores de novos modos de ler a realidade como totalidade !!!





DIAGNÓSTICO SOCIOTERRITORIAL



**Alcance das
Seguranças
Afianças**

**Acolhida, Renda, Convívio
ou Vivência Familiar,
Comunitária e Social,
Desenvolvimento de
Autonomia, Apoio e Auxílio.**



FUNDAÇÃO APOLÔNIO SALLES
F A D U R P E



UNIVERSIDADE
FEDERAL RURAL
DE PERNAMBUCO

Secretaria de
Desenvolvimento
Social, Criança
e Juventude



GOVERNO DO ESTADO
PERNAMBUCO
MAIS TRABALHO, MAIS FUTURO.

MINISTÉRIO DA
CIDADANIA

**PÁTRIA AMADA
BRASIL**
GOVERNO FEDERAL



DIAGNÓSTICO SOCIOTERRITORIAL

Aqueles que, por quaisquer circunstâncias, estejam em situação de abandono ou ausência de moradia, garantindo a **SEGURANÇA DE ACOLHIDA** em **alojamento e condições de sobrevivência**;

Aqueles que vivem sob risco de isolamento e afirmar e fortalecer relações de sociabilidade, reconhecimento social, troca e vivência, seja na família ou na comunidade garantindo assim **SEGURANÇA DE CONVÍVIO**;



FUNDAÇÃO APOLÔNIO SALLES
F A D U R P E



UNIVERSIDADE
FEDERAL RURAL
DE PERNAMBUCO

Secretaria de
Desenvolvimento
Social, Criança
e Juventude



GOVERNO DO ESTADO
PERNAMBUCO
MAIS TRABALHO, MAIS FUTURO.

MINISTÉRIO DA
CIDADANIA





DIAGNÓSTICO SOCIOTERRITORIAL

- ❖ As famílias pobres ou idosos e pessoas com deficiência, impossibilitados para o trabalho, buscando promover a garantia do acesso a uma renda mínima, benefícios eventuais, para o suprimento de carências ou urgências específicas através da **SEGURANÇA DE RENDA SOBREVIVÊNCIA**;
- ❖ As famílias sem capacidade laborativa, que deve ser alcançadas pela **SEGURANÇA DE AUTONOMIA** para o protagonismo, a participação e o acesso aos direitos.



FUNDAÇÃO APOLÔNIO SALLES
F A D U R P E



UNIVERSIDADE
FEDERAL RURAL
DE PERNAMBUCO

Secretaria de
Desenvolvimento
Social, Criança
e Juventude



GOVERNO DO ESTADO
PERNAMBUCO
MAIS TRABALHO, MAIS FUTURO.

MINISTÉRIO DA
CIDADANIA





DIAGNÓSTICO E TERRITÓRIO

TERRITÓRIO

É espaço recheado pelas relações sociais passadas e presentes, a forma específica de apropriação e interação com o ambiente físico, as ofertas e as ausências de políticas públicas, as relações políticas e econômicas que o perpassam, os conflitos e os laços de solidariedade nele existentes!



DIAGNÓSTICO E TERRITÓRIO

A noção de território é, portanto, compreendida como **“espaço habitado”**, fruto da interação entre os homens, ou seja, **síntese de relações sociais (Santos, 1996)**.



O que deve caracterizar um território?

A vida nas suas diferentes expressões delimitadas por:

- ❖ Espaço geográfico;
- ❖ Relações políticas de poder e solidariedade;
- ❖ Traços culturais (valores sociais)
- ❖ Poder Econômico;
- ❖ Estrutura Social;
- ❖ Laços de Pertencimento;
- ❖ Acesso aos direitos fundamentais;
- ❖ Respeito às diferenças.



DIAGNÓSTICO E TERRITÓRIO

O diagnóstico socioterritorial é resultante do conhecimento de vários atores, que envolvidos diretamente nas condições de vida da população, contribuem com informações para a elaboração do Plano Municipal de Assistência Social !!!



Por meio do diagnóstico pode

- A. Identificar as demandas sociais;
- B. Verificar se a rede de serviços é adequada para atender as demandas;
- C. Identificar os pontos fortes e fracos da rede assistencial;
- D. Planejar mudanças na rede e/ou na prestação de serviços para atender as demandas sociais.



Momentos do Diagnóstico Socioterritorial



PRIMEIRA ETAPA	Interpretação e análise da realidade socioterritorial: investigação das situações de risco e vulnerabilidade social presentes nos territórios e das demandas sociais.	Permite o reconhecimento da demanda
SEGUNDA ETAPA	Identificação da rede socioassistencial disponível no território e de outras políticas públicas.	Permite o reconhecimento dos serviços socioassistenciais





1ª ETAPA DIAGNÓSTICO SOCIOTERRITORIAL

Realidade
socioterritorial

Investigação das
situações de risco e
vulnerabilidade
social

Interpretação
e análise das
demandas
sociais



Diagnóstico Socioterritorial

- ❑ Subsidiar e facilitar as atividades de planejamento público e a formulação de políticas sociais nas diferentes esferas de governo;
- ❑ Monitorar e avaliar os resultados das ações governamentais sobre as condições de vida e bem-estar da população, alimentando o processo decisório com informações qualificadas;
- ❑ Aprofundar a investigação acadêmica sobre a mudança social e sobre os determinantes dos diferentes fenômenos sociais.



2ª ETAPA DIAGNÓSTICO SOCIOTERRITORIAL





Nessa etapa, o diagnóstico deve referenciar as:

1) Unidades públicas e privadas da rede referenciada, isto é, a rede de proteção social de Assistência Social.

Por exemplo:

- Número e localização de CRAS, CREAS;
- Número e localização de entidades de acolhimento institucional para crianças e adolescentes;
- Número e localização de instituições de longa permanência para idosos;
- Serviços, projetos e programas socioassistenciais desenvolvidos no município por organismos governamentais e não governamentais, entre outros.

2) Unidades públicas e privadas de outras políticas públicas que possam auxiliar no desenvolvimento da capacidade de proteção das famílias.



É fundamental que o diagnóstico social não se restrinja ao levantamento de dados e indicadores quantitativos, e **alcance também a captação de elementos qualitativos** que expressem aspectos culturais, **valores**, expectativas e outros traços da população residente no território, **permitindo uma leitura mais próxima à complexa realidade social.**



Técnicas para a captação de aspectos qualitativos da realidade social de uma população:

- 1) estudos de caso;
- 2) observações participantes;
- 3) investigações documentais;
- 4) entrevistas breves ou em profundidade, dirigidas, semidirigidas ou abertas;
- 5) histórias de vida ou outras formas de estudos biográficos;
- 6) grupos de discussão, grupos focais ou estratégias afins; e
- 7) observações planejadas de diferentes formas, conforme os objetivos da investigação.



VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL

❖ Segundo a LOAS, a Vigilância Socioassistencial é compreendida como:

“Um dos instrumentos das proteções da assistência social que identifica e previne as situações de risco e vulnerabilidade social e seus agravos no território”.





VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL

“Deve buscar conhecer a realidade específica das famílias e as condições concretas do lugar onde elas vivem e, para isso, é fundamental conjugar a utilização de dados e informações estatísticas e a criação de formas de apropriação dos conhecimentos produzidos pelas equipes dos serviços socioassistenciais, que estabelecem a relação viva e cotidiana com os sujeitos nos territórios”.



FUNDAÇÃO APOLÔNIO SALLES
F A D U R P E



UNIVERSIDADE
FEDERAL RURAL
DE PERNAMBUCO

Secretaria de
Desenvolvimento
Social, Criança
e Juventude



GOVERNO DO ESTADO
PERNAMBUCO
MAIS TRABALHO, MAIS FUTURO.

MINISTÉRIO DA
CIDADANIA



PÁTRIA AMADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL



VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL

VAI IDENTIFICAR:

- ❖ Pessoas com deficiência ou em abandono; crianças e adultos vítimas de formas de exploração, de violência e de ameaças;
- ❖ Vítimas de preconceito por etnia, gênero e opção pessoal;
- ❖ Vítimas de apartação social que lhes impossibilite sua autonomia e integridade, fragilizando sua existência;
- ❖ Vigilância sobre os padrões de serviços de assistência social em especial aqueles que operam na forma de abrigos, residências para os diversos segmentos etários” (PNAS/04: 39,40).



VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL



É fundamental para a elaboração do PAS acessar um conjunto de informações, oficiais e cotidianas, de tal forma a compatibilizar dados que analisados, comparados e interpretados permitam o reconhecimento de problemas, demandas e potencialidades locais.



FUNDAÇÃO APOLÔNIO SALLES
F A D U R P E



UNIVERSIDADE
FEDERAL RURAL
DE PERNAMBUCO

Secretaria de
Desenvolvimento
Social, Criança
e Juventude



GOVERNO DO ESTADO
PERNAMBUCO
MAIS TRABALHO, MAIS FUTURO.

MINISTÉRIO DA
CIDADANIA





VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL

É importante não só a análise de indicadores específicos, mas o levantamento de dados gerais sobre o município, contemplando a assistência social e as demais áreas sociais com as quais interage.

Desse modo, poderão ser apontados os desafios próprios da assistência social e os que deverão ser enfrentados conjuntamente com as demais políticas.





O QUE É RISCO?



RISCO é a probabilidade ou eminência de um evento acontecer, podendo, portanto, ser prevenido a partir da leitura sobre os contextos. Constitui-se situações de risco:

- Violações de direitos;
- Fragilização ou rompimento de vínculos.



O QUE É VULNERABILIDADE ?



Vulnerabilidade social, destacando sua conexão com as situações de “pobreza, privação/ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros e/ou fragilização de vínculos afetivos, relacionais e pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero, por deficiências, dentre outras).



FUNDAÇÃO APOLÔNIO SALLES
F A D U R P E



UNIVERSIDADE
FEDERAL RURAL
DE PERNAMBUCO

Secretaria de
Desenvolvimento
Social, Criança
e Juventude



GOVERNO DO ESTADO
PERNAMBUCO
MAIS TRABALHO, MAIS FUTURO.

MINISTÉRIO DA
CIDADANIA





Vídeo

Vulnerabilidades e Proteção

Social - CRAS

<https://www.youtube.com/watch?v=Xnr0cRdMiQg>



COMO MENSURAR VULNERABILIDADE E RISCO?

Como são conceitos abstratos, para serem diagnosticados, monitorados e avaliados, risco e vulnerabilidade necessitam ser traduzidos em medidas objetivas e quantificáveis por meio de algum recurso metodológico simples e padronizado. O recurso metodológico mais utilizado são os **INDICADORES**.



FONTES DE DADOS E INDICADORES

“Os Indicadores Sociais são o instrumento operacional para monitoramento da realidade social, para fins de formulação e reformulação de políticas públicas.”





O QUE SÃO INDICADORES?

Os indicadores sociais são medidas usadas para transformar conceitos abstratos, como “fome” ou “miséria”, em algo que possa ser analisado e quantificado.

Transformam aspectos da realidade em números, taxas e razões, seja essa uma realidade dada (situação social) ou realidade construída (decorrente da intervenção governamental), tornando possível sua observação e avaliação.



FUNDAÇÃO APOLÔNIO SALLES
F A D U R P E



UNIVERSIDADE
FEDERAL RURAL
DE PERNAMBUCO

Secretaria de
Desenvolvimento
Social, Criança
e Juventude



GOVERNO DO ESTADO
PERNAMBUCO
MAIS TRABALHO, MAIS FUTURO.

MINISTÉRIO DA
CIDADANIA





BONS DIAGNÓSTICOS REÚNEM:

- ✓ **Indicadores de saúde** (leitões por mil habitantes, percentual de crianças nascidas com baixo peso adequado, por exemplo)
- ✓ **Indicadores educacionais** (taxa de analfabetismo, escolaridade média da população de quinze anos ou mais, etc.)
- ✓ **Indicadores de mercado de trabalho** (taxa de desemprego, rendimento médio real do trabalho, etc.)
- ✓ **Indicadores habitacionais** (posse de bens duráveis, densidade de moradores por domicílio, etc.)

(JANNUZZI, 2009).



BONS DIAGNÓSTICOS REÚNEM:

- ✓ **de segurança pública e justiça** (mortes por homicídios, roubos à mão armada por cem mil habitantes, etc.)
- ✓ **Indicadores de infraestrutura urbana** (taxa de cobertura da rede de abastecimento de água, percentual de domicílios com esgotamento sanitário ligado à rede pública, etc.)
- ✓ **Indicadores de renda e desigualdade** (proporção de pobres, índice de Gini, etc.)

(JANNUZZI, 2009).



FUNDAÇÃO APOLÔNIO SALLES
F A D U R P E



UNIVERSIDADE
FEDERAL RURAL
DE PERNAMBUCO

Secretaria de
Desenvolvimento
Social, Criança
e Juventude



GOVERNO DO ESTADO
PERNAMBUCO
MAIS TRABALHO, MAIS FUTURO.

MINISTÉRIO DA
CIDADANIA





QUAIS INDICADORES TRADUZEM RISCO E VULNERABILIDADE SOCIAL?

Em 2005, a NOB/SUAS elencou as variáveis que determinam a população vulnerável, como o conjunto de pessoas residentes que apresentem pelo menos uma das características relacionadas a seguir:

1. Famílias com serviços de infraestrutura inadequados:

- 1. Abastecimento de água provenientes de poço ou nascente ou outra forma**
- 2. Sem banheiro ou sanitário**
- 3. Destino do lixo inadequado conforme legislação**
- 4. Mais de 2 moradores por dormitório**



QUAIS INDICADORES TRADUZEM RISCO E VULNERABILIDADE SOCIAL?

Em 2005, a NOB/SUAS elencou as variáveis que determinam a população vulnerável, como o conjunto de pessoas residentes que apresentem pelo menos uma das características relacionadas a seguir:

2. Famílias com renda familiar *per capita* inferior $\frac{1}{4}$ salário mínimo:

3. Família com renda familiar *per capita* inferior $\frac{1}{2}$ salário mínimo:

1. Com pessoas de 0 a 14 anos
2. Com responsável com menos de 4 anos de estudo

4. Família no qual há um chefe de família mulher, sem cônjuge:

1. Com filhos menores de 15 anos
2. Ser analfabeta



5. Família no qual há uma pessoa com 16 anos ou mais:

- 1. Desocupada (procurando trabalho)**
- 2. Com quatro ou menos anos de estudo**

6. Família na qual uma pessoa de 10 a 15 anos trabalhe.

7. Família na qual há uma pessoa de 4 a 14 anos que não estude.

8. Família com renda familiar per capita inferior a ½ salário mínimo:

- 1. Com pessoa com deficiência**
- 2. Com pessoa de 60 anos ou mais**



FONTES DE DADOS E INDICADORES - Exemplos

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE)

Responsável pelo levantamento do Censo Demográfico, PNAD e outras pesquisas: dados populacionais – número de habitantes, projeções de crescimento populacional, gênero, etnia, cortes etários, condições de habitação, escolaridade, mão de obra, rendimentos, disponibilidade de serviços públicos e privados, atividades econômicas, e outros. Unidades censitárias, municípios, estados, regiões e nacional.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO O (PNUD)

Coordena a elaboração do Atlas do Desenvolvimento Humano. Indicadores diversos que qualificam o desenvolvimento humano a partir de categorias como renda, escolaridade e longevidade de população a partir de dados dos Censos sintetizados no IDH.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA)

Coordena a elaboração do Atlas da Vulnerabilidade Social nos Municípios Brasileiros que traz o Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) dos municípios, regiões metropolitanas e estados do Brasil por meio da sintetização de indicadores de demografia, educação, renda, trabalho, habitação e desenvolvimento humano, com dados extraídos dos Censos do IBGE.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (MTE)

Responsável pela elaboração e divulgação da Relação Anual de Informações Sociais - RAIS, com dados de trabalho e emprego, natureza dos vínculos por setor de atividades econômicas, valores médios de remuneração e outros dados.



FUNDAÇÃO APOLÔNIO SALLES
F A D U R P E



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO

Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude



GOVERNO DO ESTADO
PERNAMBUCO
MAIS TRABALHO, MAIS FUTURO.

MINISTÉRIO DA CIDADANIA



PÁTRIA AMADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL



FONTES DE DADOS E INDICADORES

Variáveis e Indicadores	Realidade dos municípios
Contexto	<p>Condições gerais de desenvolvimento do município:</p> <ul style="list-style-type: none">❑ Situação e densidade demográfica;❑ Ofertas das políticas públicas;❑ Economia;❑ Meio ambiente; <p>Entre outros elementos que marcam o desenvolvimento sustentável.</p>





FONTES DE DADOS E INDICADORES

Variáveis e Indicadores	Realidade dos municípios
Caracterização da demanda potencial	Expressar quantitativos que justifiquem a cobertura necessária para cada serviço, benefício, programa e projeto do SUAS considerando cada território



FONTES DE DADOS E INDICADORES

Variáveis e Indicadores	Realidade dos municípios
Estrutura de oferta do Serviços e Benefícios da Assistência Social	<p>Apresentar :</p> <p>Existência , ou não, de oferta de cada serviço tipificado para as proteções afiançáveis;</p> <p>Caracterizar o volume de oferta e/ou capacidade instalada incluindo indicadores relativos a qualidade da oferta e o volume de financiamento federal para os referidos serviços.</p>



FONTES DE DADOS E INDICADORES

Variáveis e Indicadores	Realidade dos municípios
Estrutura de oferta das demais políticas públicas, exclusivamente no que se refere aos pontos de contato e de complementaridade entre estas políticas e a política de Assistência Social	Apresentar em dados numéricos e categóricos : Existência , ou não, de oferta que embora não integrem as ações de assistência social . Constituem “retaguardas” u pontos de apoio indispensáveis a dimensão intersetorial da atenção aos usuários do SUAS.



FONTES DE DADOS E INDICADORES

Variáveis e Indicadores	Realidade dos municípios
Indicadores que correlacionem demanda e oferta, segundo os serviços socioassistenciais tipificados	Apresentar indicadores que permitam analisar, direta ou indiretamente, a cobertura dos serviços e benefícios em um determinado território.



Informações Relevantes



CadÚnico

O Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda, entendidas como aquelas que têm: renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa; ou renda mensal total de até três salários mínimos.

O Cadastro Único permite conhecer a realidade socioeconômica dessas famílias, trazendo informações de todo o núcleo familiar, das características do domicílio, das formas de acesso a serviços públicos essenciais e, também, dados de cada um dos componentes da família.



Prontuário SUAS

É um instrumento que auxilia e orienta a organização das informações relativas ao processo de acompanhamento das famílias e indivíduos atendidos nos CRAS e CREAS, preservando o histórico de atendimentos, encaminhamentos, situações vivenciadas, territórios percorridos. Introduce um parâmetro nacional de registro de informações e, conseqüentemente, torna possível avançar no conhecimento do perfil e do volume de famílias e indivíduos acompanhados, assim como na incidência de determinadas situações de violação de direitos atendidas pela Assistência Social.



**Informações
Relevantes**

ConsoSUAS

Instrumento de coleta de dados eletrônico, preenchido pelas secretarias e conselhos de assistência social dos estados e municípios. É fundamental para a qualidade dos serviços socioassistenciais, da gestão e do controle da política de assistência social, construindo um processo imprescindível para tornar eficaz a organização descentralizada, participativa e integrada que o sistema requer.

O Censo SUAS pode ser acessado no endereço eletrônico:

<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/vigilancia-socioassistenciais/20/censo-suas>





IMPORTÂNCIA DA SISTEMATIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES E DE INDICADORES SOCIAIS

Informações
Relevantes

1. REDE SUAS: fornece base de *dados sociodemográfico, estudos e informações georeferenciadas em escala municipal, para apoiar a territorialização e a construção de* indicadores próprios do SUAS.

2. CENTROS E INSTITUTOS DE PESQUISA

NACIONAIS e ESTADUAIS: *oferecem dados para complementar uma primeira aproximação diagnóstica.*



O QUE É REDE?

O termo rede sugere a ideia de articulação, conexão, vínculos, ações complementares, relações horizontais entre parceiros, interdependência de serviços para garantir a integralidade da atenção aos segmentos sociais vulnerabilizados ou em situação de risco social e pessoal [...] uma rede pode ser o resultado do processo de agregação de várias organizações afins em torno de um interesse comum, seja na prestação de serviços, seja na produção de bens (GUARÁ, 1998).



REDE SOCIOASSISTENCIAL

Na política de Assistência Social, podemos identificar dois tipos de rede:

1. A rede socioassistencial, constituída pela articulação dos serviços, benefícios, programas e projetos governamentais e não governamentais, que têm uma relação de complementaridade, cooperação e corresponsabilidade, integrando-se numa relação orgânica no âmbito do SUAS. As redes organizam-se para responder às demandas coletivas e individuais a partir das diretrizes pactuadas nacionalmente. Essa rede deve ofertar serviços e benefícios que visam à garantia de acessos aos direitos socioassistenciais.



FUNDAÇÃO APOLÔNIO SALLES
F A D U R P E



UNIVERSIDADE
FEDERAL RURAL
DE PERNAMBUCO

Secretaria de
Desenvolvimento
Social, Criança
e Juventude



GOVERNO DO ESTADO
PERNAMBUCO
MAIS TRABALHO, MAIS FUTURO.

MINISTÉRIO DA
CIDADANIA





REDE SOCIOASSISTENCIAL

2. A rede intersetorial, formada pela articulação entre as diversas políticas sociais que atuam em um determinado território, atendendo, na maioria das vezes, as mesmas famílias. A visão de totalidade no âmbito do território significa o conhecimento e a análise das diferentes situações identificadas e suas conexões com a dinâmica deste espaço, o que permite a construção de fluxos delineando as responsabilidades e competências da política de assistência social e as competências das outras políticas públicas. Esta interlocução intersetorial provoca uma relação dialógica com as diferentes instâncias que atuam no território. O gestor da Assistência Social deve participar ativamente da articulação da rede intersetorial, juntamente com os gestores das outras políticas públicas do município.



REFORÇANDO A IMPORTÂNCIA DA CONSTRUÇÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA DO PLANO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

A Constituição Federal de 1988 marca um importante processo de democratização da sociedade brasileira e também da gestão das políticas sociais, pois ao definir as suas diretrizes, aponta para a necessidade de que a **gestão das políticas públicas seja participativa**.

No caso específico da Assistência Social as diretrizes constam do art. 204:

As ações governamentais na área da assistência social serão realizadas com recursos do orçamento da seguridade social, previstos no art. 195, além de outras fontes, e organizadas com base nas seguintes diretrizes:



REFORÇANDO A IMPORTÂNCIA DA CONSTRUÇÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA DO PLANO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Diretrizes das ações da assistência social serão realizadas com recursos do orçamento da seguridade social:

- I.- descentralização político-administrativa, **cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera federal** e a coordenação e a execução dos respectivos programas às esferas estadual e municipal, bem como a entidades beneficentes e de assistência social;
- II.- **Participação da população**, por meio de organizações representativas, na **formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis.**(BRASIL/CF 1988)



FUNDAÇÃO APOLÔNIO SALLES
F A D U R P E



UNIVERSIDADE
FEDERAL RURAL
DE PERNAMBUCO

Secretaria de
Desenvolvimento
Social, Criança
e Juventude



GOVERNO DO ESTADO
PERNAMBUCO
MAIS TRABALHO, MAIS FUTURO.

MINISTÉRIO DA
CIDADANIA





Esse processo participativo exige tanto a **adoção de um modelo de gestão** que permita aos **diferentes sujeitos** (conselho, usuários, trabalhadores, gestores e entidades) **dialogarem continuamente nos processos decisórios**, quanto o respeito e fortalecimento de instâncias participativas.

Dentre essas instâncias reconhece-se que os **conselhos de assistência social têm atribuição pública para a função do controle social**, pois estes devem ter representação de todos os segmentos presentes da política de assistência social.



No que tange à participação no processo elaboração, acompanhamento e monitoramento do plano, é de fundamental importância que o gestor e o conselho definam metodologias e caminhos para que se ampliem o diálogo e a **capacidade de reconhecer e articular diferentes posicionamentos**, pois esse processo permitirá o avanço na política de assistência social.

!!! Destaca-se a importância de se ter um cronograma de atividades e que sejam privilegiados espaços de diálogos com os usuários e a rede de serviços em seus territórios.



COMO PROMOVER A PARTICIPAÇÃO?

Várias possibilidades existem para se criar as condições para a participação dos atores sociais na produção coletiva do PAS.

Alguns passos são importantes e podem servir de guia:

1. A gestão e o conselho municipal marcam esta tarefa na agenda técnico-política da assistência social municipal
2. A gestão convida todos os atores sociais relacionados ao tema e com responsabilidades públicas
3. Realização de um planejamento coletivo sobre como será o desenvolvimento das atividades necessárias, estabelecendo um cronograma para o trabalho
4. Definição dos responsáveis pela coordenação das atividades, importante para dar direção na condução da tarefa
5. Este coletivo tem uma tarefa a realizar, e ao final dos trabalhos precisam ter um produto, que é o PAS.



FUNDAÇÃO APOLÔNIO SALLES
F A D U R P E



UNIVERSIDADE
FEDERAL RURAL
DE PERNAMBUCO

Secretaria de
Desenvolvimento
Social, Criança
e Juventude



GOVERNO DO ESTADO
PERNAMBUCO
MAIS TRABALHO, MAIS FUTURO.

MINISTÉRIO DA
CIDADANIA





Várias possibilidades existem para se criar as condições para a participação dos atores sociais na produção coletiva do PAS.

Alguns passos são importantes e podem servir de guia:

6. Dependendo do porte do município, haverá necessidade de maior volume de trabalho e este pode ser distribuído em grupos de trabalho (GTs), para otimização da tarefa
7. Os trabalhos devem considerar a seguinte dinâmica: que haja momentos de concentração e momentos de dispersão dos participantes na elaboração. Ou seja, momentos em que todos precisam estar juntos para alinhamento de concepções, informações e formas de elaboração, e momentos dedicados para a operação de coleta de dados para o diagnóstico; por exemplo, quando os responsáveis precisam de tempo para dedicação à tarefa.



FUNDAÇÃO APOLÔNIO SALLES
F A D U R P E



UNIVERSIDADE
FEDERAL RURAL
DE PERNAMBUCO

Secretaria de
Desenvolvimento
Social, Criança
e Juventude



GOVERNO DO ESTADO
PERNAMBUCO
MAIS TRABALHO, MAIS FUTURO.

MINISTÉRIO DA
CIDADANIA

 **PÁTRIA AMADA
BRASIL**
GOVERNO FEDERAL



Várias possibilidades existem para se criar as condições para a participação dos atores sociais na produção coletiva do PAS.

Alguns passos são importantes e podem servir de guia:

8. Os momentos de tomada de decisão vão requerer da gestão e dos participantes do processo posicionamentos calcados nos seus compromissos com a cidadania e com a política pública. É importante que haja espaço para o diálogo por meio da argumentação fundamentada em evidências, do respeito à pluralidade das posições, para que a tomada de decisão seja democrática e construída coletivamente.



FUNDAÇÃO APOLÔNIO SALLES
F A D U R P E



UNIVERSIDADE
FEDERAL RURAL
DE PERNAMBUCO

Secretaria de
Desenvolvimento
Social, Criança
e Juventude



GOVERNO DO ESTADO
PERNAMBUCO
MAIS TRABALHO, MAIS FUTURO.

MINISTÉRIO DA
CIDADANIA



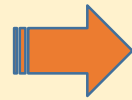
PÁTRIA AMADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL



ESTRUTURA DO PLANO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL



A NOB/SUAS 2012 estabelece a seguinte estrutura :



- a) **Dados de identificação do plano;**
- b) **Introdução;**
- c) **Diagnóstico socioterritorial;**
- d) **Objetivos;**
- e) **Diretrizes e prioridades deliberadas;**
- f) **Ações estratégicas;**
- g) **Metas;**
- h) **Resultados e impactos esperados;**
- i) **Recursos materiais, humanos e financeiros;**
- j) **Mecanismos e fontes de financiamento;**
- k) **Cobertura da rede prestadora de serviços;**
- l) **Indicadores de monitoramento e avaliação;**
- m) **Espaço temporal de execução.**



1. Identificação do Plano: título; vigência; responsáveis pela elaboração; colaboradores; período de elaboração; responsável para contato (nome, telefone, e-mail); entre outros.

2. Dados Municipais: nome do município; porte do município (opções: pequeno porte I, pequeno porte II, médio porte, grande porte, metrópole), nível de gestão do SUAS (opções: inicial, básica, plena), nome do prefeito, período de mandato, endereço da prefeitura (rua, número, bairro, CEP), telefone (DDD e número), fax (DDD e número), site, e-mail.

3. Dados do Órgão Gestor da Assistência Social: nome do órgão gestor, endereço (rua, número, bairro, CEP), telefone (DDD e número), fax (DDD e número), site, e-mail, nome do gestor.



4. Dados do Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS): lei de criação do FMAS, decreto de regulamentação, CNPJ, nome do gestor, fonte de recursos (municipal, estadual, federal).

5. Conselho Municipal De Assistência Social (CMAS): lei de Criação do CMAS, endereço (rua, número, bairro, CEP), telefone (DDD e número), fax (DDD e número), site, e-mail, nome do presidente, período de mandato, representação (opções: governamental, não governamental, usuários), número de conselheiros, secretaria executiva.



Introdução

A introdução contempla informações sobre a concepção de planejamento adotada pelo município, demonstrando sua importância na organização da política de assistência social e no atendimento à legislação em vigor.

Pode-se descrever o processo de elaboração e estruturação do plano municipal, assim como a forma como se deu a participação da sociedade civil na elaboração do plano.

Também é possível abordar, neste item, como será o monitoramento e a avaliação das ações e metas planejadas.

(Melhor formular ao final)



Construindo o PLANO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

- a) Dados de identificação do plano;
- b) Introdução;
- c) Diagnóstico socioterritorial;
- d) Objetivos;**
- e) Diretrizes e prioridades deliberadas;
- f) Ações estratégicas;
- g) Metas;
- h) Resultados e impactos esperados;
- i) Recursos materiais, humanos e financeiros;
- j) Mecanismos e fontes de financiamento;
- k) Cobertura da rede prestadora de serviços;
- l) Indicadores de monitoramento e avaliação;
- m) Espaço temporal de execução.



d) objetivos

- ❖ Responde a pergunta: para que vou realizar determinada ação/projeto/serviço?
- ❖ Os objetivos expressam as mudanças que se desejam para o futuro.
- ❖ Devem comunicar as intenções dos gestores, construídas a partir do levantamento das necessidades identificadas pelo conjunto dos atores.
- ❖ As intenções decorrem das prioridades definidas no Diagnóstico Socioterritorial.



d) objetivos

Um objetivo é um enunciado escrito sobre resultados a serem alcançados em um dado período.

- ❖ Deve ser relevante, explícito e quantificável.
- ❖ Importante - precisa ser exequível, ou seja, realizável.
- ❖ Importante que sejam claros e permitam que se visualize o resultado desejado.

Construído dessa forma, gestores, profissionais e cidadãos identificam claramente as intenções da política e podem guiar suas ações e demandas a partir desse entendimento.



Exemplo de um objetivo claro e que preenche suas características é o da PNAS (2004):

“Prover serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e/ou especial para famílias, indivíduos e grupos que dele necessitarem”.

Esse enunciado oferece os elementos essenciais para a compreensão da mudança a ser planejada:

- ❖ **Objetivo: prover serviços, programas, projetos e benefícios.**
- ❖ **Tipo de serviços ofertados: proteção básica e/ou especial.**
- ❖ **Público-alvo: famílias, indivíduos e grupos em situação de risco e vulnerabilidade sociais.**



FUNDAÇÃO APOLÔNIO SALLES
F A D U R P E



UNIVERSIDADE
FEDERAL RURAL
DE PERNAMBUCO

Secretaria de
Desenvolvimento
Social, Criança
e Juventude



GOVERNO DO ESTADO
PERNAMBUCO
MAIS TRABALHO, MAIS FUTURO.

MINISTÉRIO DA
CIDADANIA





Os objetivos podem e devem ser organizados em
OBJETIVO GERAL e OBJETIVOS ESPECÍFICOS.

Objetivo geral: apresenta de forma abrangente o que se pretende alcançar com o Plano.

- ❖ Serve como objetivo de orientação
- ❖ Evidencia o propósito maior
- ❖ Revela os impactos desejados
- ❖ Situação maior para qual a política contribui
- ❖ Deve ser minimamente alcançável e mensurável

Espelhando-se no objetivo da PNAS, pode-se ter como exemplo de objetivo geral de um Plano Municipal de Assistência Social:

Ex. “Prover serviços, programas e benefícios socioassistenciais para famílias, indivíduos e grupos que deles necessitarem no município X, tendo em perspectiva a garantia das seguranças sociais e direitos de cidadania”.



OBJETIVO ESPECÍFICO

desmembra o objetivo geral em detalhes.

- ❖ Especifica os focos prioritários do plano
- ❖ Aquilo que se espera realizar com o plano
- ❖ Reflete a perspectiva de superação de problemas identificados pelo diagnóstico
- ❖ Expressa a nova situação que se pretende alcançar
- ❖ Demonstra o efeito direto junto à população alvo
- ❖ É alcançável através de ações estratégicas, metas e recursos.
- ❖ É mensurável qualitativamente e quantitativamente, através de indicadores.
- ❖ Tem implicação política: são responsabilidades assumidas pelo órgão gestor.

Exemplo:

Problema: *Insuficiência da cobertura da proteção social básica em áreas de vulnerabilidade*

Objetivo Específico: *Ampliar a cobertura da proteção social básica em áreas de vulnerabilidade*



1. Desmembrar a política de assistência em **TEMAS** tais como Gestão, Proteção Social Básica e Proteção Social Especial.
2. Ou ainda em **SUBTEMAS** tais como Planejamento, Participação e Controle Social, Produção e Gestão da Informação, Gestão do Trabalho, Intersetorialidade, Trabalho Social com Famílias, Programas, Serviços e Benefícios, CRAS, CREAS e quantos outros possíveis e necessários, de acordo com o critério de detalhamento adotado.
3. Definir os **TEMAS PRIORITÁRIOS** para cada um deles e formular objetivos correspondentes.

!!! A ELABORAÇÃO DOS OBJETIVOS DEVE OBSERVAR AINDA:
As deliberações das Conferências Nacional, Estadual e Municipal
As metas do Pacto de Aprimoramento de Gestão



Construindo o PLANO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

- a) Dados de identificação do plano;
- b) Introdução;
- c) Diagnóstico socioterritorial;
- d) Objetivos;
- e) Diretrizes e prioridades deliberadas;**
- f) Ações estratégicas;
- g) Metas;
- h) Resultados e impactos esperados;
- i) Recursos materiais, humanos e financeiros;
- j) Mecanismos e fontes de financiamento;
- k) Cobertura da rede prestadora de serviços;
- l) Indicadores de monitoramento e avaliação;
- m) Espaço temporal de execução.



e) DIRETRIZES PRIORIDADES DELIBERADAS

- ❖ Uma diretriz é uma orientação geral que organiza as decisões e ações.
- ❖ O Plano de Assistência Social deve ser coerente com as diretrizes que orientam a administração pública, expressas no Plano Diretor, Plano Plurianual e outros.
- ❖ O Plano deve considerar, ainda, as Diretrizes Organizacionais estabelecidas pelo SUAS, expressas no artigo 5º da NOB/SUAS 2012:



FUNDAÇÃO APOLÔNIO SALLES
F A D U R P E



UNIVERSIDADE
FEDERAL RURAL
DE PERNAMBUCO

Secretaria de
Desenvolvimento
Social, Criança
e Juventude



GOVERNO DO ESTADO
PERNAMBUCO
MAIS TRABALHO, MAIS FUTURO.

MINISTÉRIO DA
CIDADANIA





Diretrizes Organizacionais estabelecidas NOB-SUAS

- I. **Primazia da responsabilidade do Estado na condução da política de assistência social;**
- II. **Descentralização político-administrativa e comando único das ações em cada esfera de governo;**
- III. **Financiamento partilhado entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios;**
- IV. **Matricialidade sociofamiliar;**
- V. **Territorialização;**
- VI. **Fortalecimento da relação democrática entre Estado e sociedade civil;**
- VII. **Controle social e participação popular.**



Nesse item do plano, deve-se examinar as diretrizes declaradas pela NOB e debater sobre quais são mais pertinentes para a realidade de seu município.

Exemplos:

- 1. Reconhecimento dos indivíduos usuários da assistência social, como sujeitos históricos e de direitos, inseridos em grupos familiares, comunitários e sociais, tendo em perspectiva a consolidação de sua autonomia e fortalecimento de seu protagonismo.**
- 2. Reconhecimento da causalidade histórica e coletiva das situações de vulnerabilidade e risco aos quais estão expostos famílias e indivíduos residentes em territórios pobres e/ou vulneráveis do município.**
- 3. Orientação pela dimensão territorial, conhecendo a realidade e as situações de cada localidade do município, priorizando o acesso e localização dos serviços, programas e benefícios nos territórios e microterritórios próximos à vida cotidiana dos indivíduos e famílias.**

(Ver outros exemplos na pág. 7 do documento “ESTRUTURA BÁSICA DO PAS: ORIENTAÇÕES PARA ELABORAÇÃO”)



Construindo o PLANO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

- a) Dados de identificação do plano;
- b) Introdução;
- c) Diagnóstico socioterritorial;
- d) Objetivos;
- e) Diretrizes e prioridades deliberadas;
- f) Ações estratégicas;**
- g) Metas;
- h) Resultados e impactos esperados;
- i) Recursos materiais, humanos e financeiros;
- j) Mecanismos e fontes de financiamento;
- k) Cobertura da rede prestadora de serviços;
- l) Indicadores de monitoramento e avaliação;
- m) Espaço temporal de execução.



f) AÇÕES ESTRATÉGICAS

- ❖ As ações devem ser elaboradas com vistas a alcançar os objetivos definidos.
- ❖ Na escolha das ações e estratégias os gestores devem observar o artigo 22 da NOB/SUAS 2012 que determina que os planos devem observar as **ações articuladas e intersetoriais**.



- ❖ São ações definidas como prioritárias para alcançar os objetivos específicos
- ❖ Constituem a base operacional do plano, meios pelos quais o plano se realiza.
- ❖ Representam o passo a passo para a produção dos resultados.
- ❖ Têm que ser necessárias e suficientes.
- ❖ Permitem estimar os insumos e recursos necessários

FLUXO DE ELABORAÇÃO DAS AÇÕES ESTRATÉGICAS





Cada objetivo, desmembrado em temas e subtemas, pode ter uma ou mais ações estratégicas relacionadas. Desse modo, chega-se a definição de ações estratégicas por temas trabalhados: gestão, proteções, programas, serviços e benefícios.

Exemplo:

Objetivo Específico: Ampliar a cobertura da proteção social básica em áreas de vulnerabilidade.

Ação estratégica: Ampliar o numero de equipamentos e/ou equipes volantes da proteção social básica nas seguintes áreas de vulnerabilidade: XX, XY e XZ.



g) METAS

As metas são desdobramentos quantificados dos objetivos, ou seja, uma meta é um objetivo representado pela dimensão quantitativa e de referência temporal e territorial.



FUNDAÇÃO APOLÔNIO SALLES
F A D U R P E



UNIVERSIDADE
FEDERAL RURAL
DE PERNAMBUCO

Secretaria de
Desenvolvimento
Social, Criança
e Juventude



GOVERNO DO ESTADO
PERNAMBUCO
MAIS TRABALHO, MAIS FUTURO.

MINISTÉRIO DA
CIDADANIA



PÁTRIA AMADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL



Construindo o PLANO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

- a) Dados de identificação do plano;
- b) Introdução;
- c) Diagnóstico socioterritorial;
- d) Objetivos;
- e) Diretrizes e prioridades deliberadas;
- f) Ações estratégicas;
- g) Metas;
- h) Resultados e impactos esperados;**
- i) Recursos materiais, humanos e financeiros;
- j) Mecanismos e fontes de financiamento;
- k) Cobertura da rede prestadora de serviços;
- l) Indicadores de monitoramento e avaliação;
- m) Espaço temporal de execução.



h) RESULTADOS E IMPACTOS ESPERADOS

- ❖ Os resultados são as mudanças diretas alcançadas pelos beneficiários por meio da participação em uma política pública.

Exemplo: o recebimento do benefício do Programa Bolsa Família é um resultado de estar incluído no Cadastro Único.

- ❖ Os impactos são as contribuições da política de assistência social para determinadas mudanças sociais. Esse componente indica os efeitos indiretos de uma política pública sobre a sociedade como um todo.

Exemplo: aumento do peso das crianças em decorrência da diversificação da dieta familiar, ocorrida por meio do aumento da renda



Construindo o PLANO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

- a) Dados de identificação do plano;
- b) Introdução;
- c) Diagnóstico socioterritorial;
- d) Objetivos;
- e) Diretrizes e prioridades deliberadas; f) Ações estratégicas;
- g) Metas;
- h) Resultados e impactos esperados;
- i) Recursos materiais, humanos e financeiros;**
- j) Mecanismos e fontes de financiamento;
- k) Cobertura da rede prestadora de serviços;
- l) Indicadores de monitoramento e avaliação;
- m) Espaço temporal de execução.



i) RECURSOS MATERIAIS, HUMANOS E FINANCEIROS

- ❖ Os recursos materiais dizem respeito a rede socioassistencial e equipamentos disponíveis (numero de CRAS, CREAS, entidades conveniadas, etc.).
- ❖ Os recursos humanos se referem à quantidade e à qualidade dos recursos humanos disponíveis. É necessário o levantamento e mapeamento dos recursos humanos, dos perfis e necessidades de qualificação.
- ❖ Os recursos financeiros disponíveis devem ser especificados, inclusive por fonte financiadora.





Construindo o PLANO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

- a) Dados de identificação do plano;
- b) Introdução;
- c) Diagnóstico socioterritorial;
- d) Objetivos;
- e) Diretrizes e prioridades deliberadas; f) Ações estratégicas;
- g) Metas;
- h) Resultados e impactos esperados;
- i) Recursos materiais, humanos e financeiros;
- j) Mecanismos e fontes de financiamento;**
- k) Cobertura da rede prestadora de serviços;
- l) Indicadores de monitoramento e avaliação;
- m) Espaço temporal de execução.



j) MECANISMOS E FONTES DE FINANCIAMENTO

No Plano, devem ser definidos com clareza os recursos disponíveis para a execução das atividades, apresentando as fontes de financiamento, sejam do orçamento próprio, das transferências intergovernamentais ou de apoios privados.

Além dos recursos alocados na implementação da política de Assistência Social é importante apresentar na forma de gráficos a evolução do orçamento em relação a períodos anteriores, assim como a comparação entre o que foi orçado e o que foi executado.

Este tópico, na estrutura do PAS, é importante tanto para a gestão como para o controle social, pois é necessário tornar público o que se está planejando, quais são os significados da alocação de recursos próprios do município para a política de assistência social.



Construindo o PLANO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

- a) Dados de identificação do plano;
 - b) Introdução;
 - c) Diagnóstico socioterritorial;
 - d) Objetivos;
 - e) Diretrizes e prioridades deliberadas; f)
- Ações estratégicas;
- g) Metas;
 - h) Resultados e impactos esperados;
 - i) Recursos materiais, humanos e financeiros;
 - j) Mecanismos e fontes de financiamento;
 - k) Cobertura da rede prestadora de serviços;**
 - l) Indicadores de monitoramento e avaliação;
 - m) Espaço temporal de execução.



k) COBERTURA DA REDE PRESTADORA DE SERVIÇOS

- ❖ **A malha de serviços deve ser analisada quanto à localização, natureza da atenção oferecida, cobertura e quadro profissional disponibilizado. Com essas informações, podem ser identificados os vazios de atenção.**
- ❖ **Além de informações sobre os serviços e programas da assistência social, é necessário conhecer a rede assistencial das demais políticas públicas existentes no território.**
- ❖ **O Plano deve prever estratégias de integração do conjunto de serviços socioassistenciais do território.**

A intersetorialidade, ou seja, a atuação conjunta, de forma articulada e integrada das políticas sociais, visa dar conta dos direitos sociais, das seguranças e das proteções sociais.



Construindo o PLANO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

- a) Dados de identificação do plano;
 - b) Introdução;
 - c) Diagnóstico socioterritorial;
 - d) Objetivos;
 - e) Diretrizes e prioridades deliberadas; f)
- Ações estratégicas;
- g) Metas;
 - h) Resultados e impactos esperados;
 - i) Recursos materiais, humanos e financeiros;
 - j) Mecanismos e fontes de financiamento;
 - k) Cobertura da rede prestadora de serviços;
 - l) Indicadores de monitoramento e avaliação;**
 - m) Espaço temporal de execução.



I) INDICADORES DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

- ❖ A NOB/SUAS 2012 dedica a Seção III do Capítulo VIII para estabelecer as diretrizes para o monitoramento do SUAS e define o monitoramento como o acompanhamento contínuo e sistemático do desenvolvimento dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais.
- ❖ A atividade de monitoramento está conectada com os objetivos e metas definidos o monitoramento deve ser realizado por meio da produção regular de indicadores e da coleta de informações.



- ❖ **Indicadores são parâmetros previamente definidos para monitorar e avaliar os avanços, resultados e impactos da política.**
- ❖ **Podem ser definidos como uma situação ou uma característica que serve como um sinal comprobatório de que os objetivos, resultados e metas foram alcançado.**
- ❖ **O monitoramento sistemático dos indicadores indica aos gestores que são necessárias medidas corretivas quando o plano não estiver alcançado seus objetivos. Constitui base para o acompanhamento e a avaliação do que foi planejado.**
- ❖ **Para sua devida aferição, devem ser acompanhados dos meios e periodicidade de verificação.**
- ❖ **A função do indicador no conjunto do plano é a caracterização mais precisa dos resultados, estabelece o que e quanto se quer alcançar.**



- ❖ **Indicadores de processo:** Apoiam na avaliação da eficiência das atividades e ações. No PAS, podem ser utilizados para monitorar e avaliar o desenvolvimento de cada programa, serviço e benefício.
- ❖ **Indicadores de resultado:** Ajudam a definir a eficácia dos resultados planejados. No PAS, podem ser utilizados para monitorar e avaliar o alcance das metas, resultados e objetivos específicos.
- ❖ **Indicadores de impacto:** Ajudam a definir a efetividade dos objetivos maiores. No PAS, podem ser utilizados para monitorar e avaliar os impactos planejados e alcance do objetivo geral.

Dica!!!

Para elaborar indicadores responda as seguintes perguntas:

O que indicará que o que foi planejado foi alcançado?

De quanto em quanto tempo será verificado?

Onde estará esta informação comprobatória?



Quem monitora e avalia?

- ❖ O monitoramento deve ser realizado por meio da produção, coleta e sistematização regular de informações, pelas equipes que atuam na gestão e execução da política.
- ❖ A Vigilância Socioassistencial tem um papel fundamental na produção de instrumentais, na compilação de informações e na verificação dos indicadores.
- ❖ Assim como o conjunto do plano, dados referentes aos indicadores devem ser submetidos ao controle social outros espaços de debate público sobre a assistência social, inclusive nos próprios territórios junto às redes e usuários.
- ❖ Gestores e equipes devem estabelecer um cronograma de encontros de monitoramento, avaliação e sistematização. Exemplo: Monitoramento Trimestral, Avaliações Semestrais e Anuais.



Construindo o PLANO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

- a) Dados de identificação do plano;
- b) Introdução;
- c) Diagnóstico socioterritorial;
- d) Objetivos;
- e) Diretrizes e prioridades deliberadas; f)
Ações estratégicas;
- g) Metas;
- h) Resultados e impactos esperados;
- i) Recursos materiais, humanos e financeiros;
- j) Mecanismos e fontes de financiamento;
- k) Cobertura da rede prestadora de serviços;
- l) Indicadores de monitoramento e avaliação;
- m) Espaço temporal de execução.**



Este item deve ser definido levando em consideração o artigo 19 da NOB/SUAS 2012 que determina que os entres federados deverão elaborar seus planos de assistência social a cada quatro anos, de acordo com os períodos de elaboração do Plano Plurianual (PPA).

**m) ESPAÇO
TEMPORAL DE
EXECUÇÃO**

2018-2021

Sugere-se prever momentos de atualização do PAS que coincidam com o mesmo período de atualização do PPA.



FUNDAÇÃO APOLÔNIO SALLES
F A D U R P E



UNIVERSIDADE
FEDERAL RURAL
DE PERNAMBUCO

Secretaria de
Desenvolvimento
Social, Criança
e Juventude



GOVERNO DO ESTADO
PERNAMBUCO
MAIS TRABALHO, MAIS FUTURO.

MINISTÉRIO DA
CIDADANIA

 **PÁTRIA AMADA
BRASIL**
GOVERNO FEDERAL



O PLANEJAMENTO NA GESTÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

Enquanto sistema descentralizado e participativo, **o desafio está em fazer com que a população tome parte das questões sociais**, deixando para traz uma visão de mundo egocêntrica e **lute pelos direitos de cidadania da coletividade**, bem como, **exerça de fato o controle social, através da participação efetiva em conselhos e conferências**. Assim, a mobilização da sociedade civil tem o papel efetivo na implementação da política de assistência social. Ademais, **a descentralização possibilita o desenvolvimento de formas criativas e inovadoras para a execução e gestão dessa política, reconhecendo a importância de atender as desigualdades socioterritoriais**. Porém, a centralização ainda é uma marca a ser superada.

Nesse contexto, é que temos que considerar a importância de **se aderir ao planejamento como forma de organização sistêmica para vencer os desafios** que perpassam todo o processo de implementação e efetivação dessa política pública, **com vistas ao alcance de resultados diretos na vida da população alvo dessa política**.

Os programas sociais e os projetos são canais importantes de respostas às questões sociais e o planejamento, execução e avaliação destes são extremamente importantes para a garantia de continuidade da oferta dos recursos socioassistenciais.



FUNDAÇÃO APOLÔNIO SALLES
F A D U R P E



UNIVERSIDADE
FEDERAL RURAL
DE PERNAMBUCO

Secretaria de
Desenvolvimento
Social, Criança
e Juventude



GOVERNO DO ESTADO
PERNAMBUCO
MAIS TRABALHO, MAIS FUTURO.

MINISTÉRIO DA
CIDADANIA



PÁTRIA AMADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL



DEBATE
Perspectivas do
SUAS diante do
Novo Regime
Fiscal

Vídeo

Fattorelli fala à CDH sobre PEC 55

<https://www.youtube.com/watch?v=XrU1wyehbjc>

Textos de Apoio:

- 1) **O NOVO REGIME FISCAL E SUAS IMPLICAÇÕES PARA A POLITICA DE ASSISTENCIA NO BRASIL**
- 2) **NOVO REGIME FISCAL: UM GOLPE CONTRA OS POBRES**

Pergunta Norteadora:

1. **Quais são os desafios de planejar a política de assistência social no contexto de um projeto nacional de ajuste fiscal e congelamento do repasse de recursos?**



DÚVIDAS





**Secretaria de Desenvolvimento
Social, Criança e Juventude
Secretaria Executiva de Assistência
Social
Gerência de Projetos e Capacitação**

www.sigas.pe.gov.br

E-mail:

capacitasuas.pe@sedscj.pe.gov.br

Telefone: 81 3183 0715

**Fundação Apolônio Sales
Universidade Federal Rural de
Pernambuco - UFRPE**

capacitasuas.ufrpe@ufrpe.br

GRATO A TODOS E TODAS!

**marcosnascimento@gmail.com
[@marcosnascimento](https://www.instagram.com/marcosnascimento)**



FUNDAÇÃO APOLÔNIO SALLES
F A D U R P E



**UNIVERSIDADE
FEDERAL RURAL
DE PERNAMBUCO**

Secretaria de
Desenvolvimento
Social, Criança
e Juventude



GOVERNO DO ESTADO
PERNAMBUCO
MAIS TRABALHO, MAIS FUTURO.

MINISTÉRIO DA
CIDADANIA



**PÁTRIA AMADA
BRASIL**
GOVERNO FEDERAL